

Antônio Carlos dos Santos

No setor rural produzem-se muitos artigos que podem ser industrializados, originando diversos itens alimentares como: sucos, xaropes, geléias, doces, manteigas, confeitos de frutas, pastas de frutas, compotas de frutas, purês e massas de tomate, frutas secas, picles, chucrute, óleos comestíveis, vinhos e champagne, aguardente, ponches, licóres, resíduos de frutas, conservas, vinagres, farinhas de mesa, raspas e féculas, melado e rapadura, queijo, linguiça, banha e outros.

Existem também as matérias-primas destinadas à alimentação dos animais e que podem ser processadas produzindo rações, concentrados, volumosos etc.

Há que se destacar os produtos que não servem nem para a alimentação do homem nem para o sustento dos animais. Entre eles destacam-se os sabões, tintas, ceras, vernizes, massas plásticas, adubos, inseticidas, graxas, colas, pastas para limpeza e outros.

Tecnologias para industrialização existem. Diversos conhecimentos teóricos e práticos, seja na área de conservação e industrialização, foram e estão sendo desenvolvidos nas instituições de pesquisa do País.

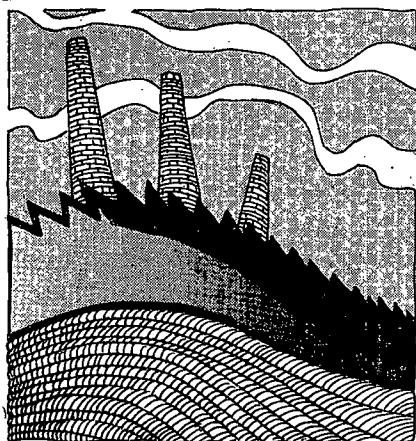
Embora haja possibilidade e tecnologia para industrialização, verifica-se que grande parte dos produtores não fazem uso desse artifício. Segundo alguns deles, o principal problema está na dificuldade de comercialização dos produtos. Outros apontam a falta de recursos financeiros, de estrutura física, de apoio do governo etc. Entre os motivos citados por técnicos que trabalham na área, encontram-se a falta de qualidade dos produtos, problemas de embalagem, falta de legislação regulamentadora, tributação elevada, ausência de estrutura de apoio, como transporte, estrada e energia elétrica; disponibilidade de linhas de crédito, apoio técnico e outros.

No Distrito Federal e Entorno, a situação não é diferente. Muito embora a região em que se localizam reúna uma série de condições favoráveis ao surgimento de agroindústrias de diferentes portes e dos mais variados ramos, o que se constata, na realidade, é uma situação aquém da desejável.

Matérias-primas aqui produzidas, como ervilha, tomate, milho e cenoura, por exemplo, são transportadas para fora da região, a fim de serem industrializadas e depois retornam ao mercado regional como produtos processados. Um percentual elevado de conservas alimentícias expostas nas prateleiras dos nossos supermercados é importado, causando, com isso, uma drenagem econômica considerável na região, além de se perder a oportunidade de aumentar a oferta de empregos, incrementar a arrecadação de impostos e elevar o consumo da energia elétrica comercializada pela CEB, Cemig e Celgo e diminuir o custo final do produto, o que significa economia para o consumidor.

Ocorre até o "passeio" de certos produtos como ervilha, tomate, milho e cenoura, que, muito embora sejam produzidos em nossa região, são levados para serem beneficiados fora, retornando no interior de latas, sacos plásticos etc., como se fossem produtos totalmente obtidos fora daqui.

CORREIO BRAZILIENSE



De acordo com o Censo Agropecuário publicado pela FIBGE (1980), a região do DF e Entorno, na época, apresentava quase 15 mil pequenas agroindústrias rurais, destacando-se os municípios de Unai e Pirinópolis, com 37 por cento e 25 respectivamente, do total de agroindústrias.

Segundo informações verbais obtidas na Emater/DF, esta assiste a 49 pequenas agroindústrias rurais de diversos ramos.

Levantamento mais recente sobre o número de agroindústria de médio e grande porte e empregos gerados, realizado pela Secretaria da Agricultura e Produção, mostra 49 agroindústrias gerando mil 500 empregos diretos.

Apesar desses números, o setor agroindustrial e, em particular, a pequena e média agroindústrias, de cunho familiar, padecem de grandes dificuldades, quando confrontadas com outros tipos de indústria, sejam esses obstáculos de natureza estrutural ou conjuntural.

Entre os obstáculos encontram-se os aspectos legais como a falta de uma legislação sanitária específica para o Distrito Federal, voltada às pequenas e médias agroindústrias e principalmente para as que trabalham com produtos de origem vegetal.

Quanto ao aspecto tributário e fiscal, as micro e pequenas agroindústrias, não gerando crédito de ICMS, têm seu relacionamento comercial prejudicado. Há resistência por parte das empresas pelo fato de terem que pagar o imposto pelas micro e pequenas empresas. Há também o diferencial de cobrança do ICMS entre o DF e o Entorno (17 por cento contra 12 por cento, respectivamente), o que evidencia a necessidade de uma efetiva diferenciação entre micro e pequenas empresas e as demais.

Outro aspecto de suma importância é o de que, em geral, o produto das micro e pequenas agroindústrias do DF e Entorno não apresenta boa qualidade e sua presença no mercado é irregular, em função das agroindústrias processarem apenas os excedentes da matéria-prima que têm no mercado in natura o seu principal direcionamento.

Em face da pequena escala de produção, há dificuldade em se conseguir embalagem e regularidade no transporte, que também é caro, disso resultando irregularidade no atendimento da demanda.

A disponibilidade de armazéns, em particular câmaras frias, agrava ainda mais a situação das micro e pequenas agroindústrias.

No tocante à comercialização, as estruturas comerciais altamente es-

pecializadas, representadas pelos grandes grupos; impõem aos produtos das micro e pequenas agroindústrias uma evidente desvantagem, resultado de sua vida efêmera. Problemas de embalagem, qualidade do produto em si, ou a falta de padronização e irregularidade nas entregas, relegam os produtos oriundos das micro e pequenas agroindústrias a um plano essencialmente marginal no aspecto comercial.

Quanto aos aspectos insitucionais, as micro e pequenas agroindústrias sentem-se isoladas. Falta-lhes um maior apoio dos poderes públicos, em especial uma integração mais efetiva entre os órgãos que trabalham junto à agroindústria (fiscalização sanitária, tributos, SAP, administrações regionais, SICP, FUB, Sebrae, bancos oficiais etc.).

Uma nova realidade envolvendo o Distrito Federal e Entorno aponta para um aumento significativo da população. Isto enseja um esforço especial do governo no sentido de atender às demandas sócio-econômicas dessa população, transformando o DF e Entorno, anteriormente voltados para cumprir tão-somente um papel administrativo, em um pólo industrial.

Pela sua localização, no centro do cerrado brasileiro, região voltada essencialmente para a produção agrícola, a direção desse desenvolvimento deve, naturalmente, contemplar a atividade agroindustrial.

Aliada a essa localização, a região apresenta boa infra-estrutura de apoio, como energia elétrica, vias de comunicação e de acesso para escoamento da produção às diversas regiões do País e instituições financeiras e de pesquisa.

Além dessa aptidão natural, realça a necessidade do produtor rural agregar algum benefício aos seus produtos, visando obter maior renda, já que de uma situação de baixa remuneração que atualmente lhe é imposta o futuro imediato não acena com perspectivas animadoras quanto à melhoria de seus ganhos.

Por outro lado, deve ser destacado que uma parcela apreciável da população da região possui poder de compra considerável, garantindo o consumo dos produtos agroindustriais na própria área em que são gerados.

Da perspectiva dos poderes públicos, a atividade agroindustrial também representa um grande atrativo, em vista do pequeno investimento necessário para a geração de empregos, associado à possibilidade de dispersão espacial das populações envolvidas com esta atividade, já que uma agroindústria deve-se localizar o mais próximo possível da zona produtora de sua matéria-prima, a fim de diminuir os custos de transporte.

Como pode ser visto, vantagens existem; entretanto, para reverter o quadro, antes descrito, é necessário dar ao setor agroindustrial a importância que ele merece, a fim de que o mesmo possa concretizar, no futuro, toda a sua potencialidade do presente.

■ Antônio Carlos Santos é chefe do Departamento de Engenharia Agrônoma da Universidade de Brasília